



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2017



ÍNDICE

Nota de Abertura	4
Órgãos Sociais	5
Associados	6
Associados Municipais	6
Associados Não Municipais.....	7
Estrutura Organizativa	8
Recursos Humanos	9
Quadro de Pessoal	9
Recurso à Subcontratação.....	9
Relatório de Atividades	10
Atividades Previstas em Plano de Atividades	11
Observatório de Sustentabilidade.....	11
Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética	12
Participação Atividades RNAE	13
Nearly Zero Energy School	14
Mercado Liberalizado de Energia.....	15
Promoção e Comunicação.....	16
Compensação do Fator de Potência	17
Produção Descentralizada de Energia Elétrica.....	18
Atividade Prospetiva	19
Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	20
Portugal 2020/ Norte 2020	21
Atividades Não Previstas em Plano de Atividades	22
Atividades Previstas Mas Não Concretizadas	24
Análise da Situação Económica e Financeira	25

Rendimentos	25
Gastos.....	26
Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	27
Evolução Previsível da Atividade	27
Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.....	28
Proposta de Aplicação de Resultados.....	29
Contas	30
Demonstrações Financeiras	31
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017	31
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31 de dezembro de 2017.....	32
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de dezembro de 2017 .	33
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2017.....	34
Aprovação	61

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2017 marcou o final do plano estratégico de intervenção para o quadriénio 2014-2017, em que, de forma regular, a *Energaia* sempre superou os objetivos programados, realizando sempre mais atividades do que aquelas que foram inscritas nos seus planos de atividades anuais, situação que mais uma vez se repete em 2017.

Este quadro de atividade desenvolve-se num contexto que tem permitido a repetida corporização da criação de valor para as autarquias, numa escala que multiplica de forma significativa o investimento realizado pelas mesmas na agência.

No plano dos resultados mantém-se a trajetória de resultados positivos, sem a existência de quaisquer passivos significativos, o que revela a adequação da atividade da agência também sob o ponto de vista da gestão dos seus recursos financeiros e humanos.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

Vogais

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

EDP Distribuição

EDP Gás Distribuição

FEUP - Faculdade de Engenharia da
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

Conselho de Administração

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

Conselho Fiscal

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

ASSOCIADOS

ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE
Agência para a Energia



EDP Distribuição



EDP Gás Distribuição



FEUP
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto

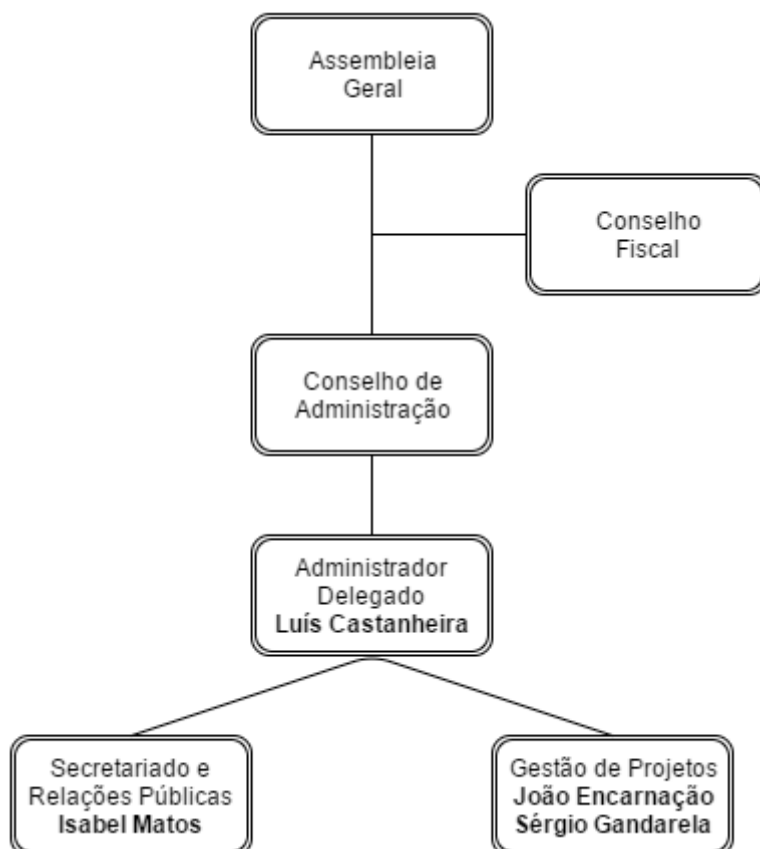


Suldouro
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos



Universidade de Aveiro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA



RECURSOS HUMANOS

QUADRO DE PESSOAL

No final de 2017, a *Energaia* tinha ao seu serviço 4 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
Total	4

RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2017

ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

A *Energaiia* – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante o ano de 2017 as seguintes atividades:

OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Com o Observatório de Sustentabilidade, os municípios obtêm uma base de dados muito completa, que inclui a caracterização dos edifícios, da iluminação pública, das frotas municipais, do abastecimento e tratamento de água, e da recolha e tratamento de resíduos. Esta plataforma contém informações que englobam características de construção dos edifícios, sistemas e equipamentos técnicos existentes, informações sobre consumos e custos com energia e água obtidas através de faturas e de sistemas de monitorização, bem como outras informações gerais.

O Observatório de Sustentabilidade viabiliza a utilização, pela *Energaiia* e municípios seus associados, de um conjunto de instrumentos de gestão que convergem para a melhoria da respetiva sustentabilidade territorial, para a redução dos encargos sobre os orçamentos municipais e para a simplificação dos processos administrativos e técnicos relacionados com o abastecimento e consumo energético nos edifícios, equipamentos, espaços e infraestruturas sob a sua responsabilidade.

Em 2017, a *Energaiia* promoveu a melhoria contínua do Observatório de Sustentabilidade, designadamente ao nível da monitorização em tempo real de equipamentos e instalações Municipais, e a melhoria das funções de alarmes ao nível da alteração de perfis de consumo, de ultrapassagem de limites pré-definidos. Em função do grau de urgência pretende-se que os alertas sejam enviados por email, sms, ou ambos, para o(s) utilizador(es) definido(s).

Em 2017, o Observatório de Sustentabilidade foi utilizado para iniciar uma análise exaustiva aos contratos de energia dos municípios associados, com o objetivo de identificar oportunidades de redução de custos com energia reativa indutiva e capacitiva, contratos com consumo nulo e otimização de ciclos horários. Uma previsão inicial apontava para potenciais de poupança a rondar os 50.000,00 €/ano.

Ainda em 2017, iniciou-se o processo de integração na plataforma de dados de telecontagem dos municípios associados. Esta informação será de elevada importância possibilitando um potencial de controlo energético substancial.

PLANOS DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

A utilização de Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE), com a devida consideração das ações setoriais específicas aí definidas, é condição essencial para a implementação e monitorização de um processo que diminua efetivamente o consumo de energia e as emissões de CO₂ associadas, num determinado território.

A formulação dos referidos planos tem por base a informação das matrizes energéticas dos territórios, atividade que a *Energaia* concluiu em 2013, para a totalidade do seu território de intervenção¹. Estas matrizes estão agora em novo desenvolvimento, sob o formato de matriz dinâmica, e serão brevemente disponibilizadas no sítio internet da Agência.

Enquanto alguns dos municípios associados se encontram em fase de elaboração dos PASE, outros já viram o seu plano aprovado pela Comissão Europeia, na sequência do compromisso formal que assumiram no âmbito do Pacto de Autarcas.

O Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009, e, fruto do empenho da *Energaia* no acompanhamento do Plano de Ação, esta foi a primeira cidade europeia a relatar formalmente à Comissão Europeia o seu progresso na redução de emissões de CO₂.

Após a fase de desenvolvimento preliminar dos PASE, durante 2015 a *Energaia* procurou junto dos seus associados promover a finalização e a aprovação dos referidos Planos e promover a adesão dos Municípios associados (que ainda não aderiram) à iniciativa Pacto de Autarcas. Com a evolução da iniciativa para o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, em 2017 não se promoveu a adesão ao programa anterior e procurou-se avaliar as implicações e alterações necessárias aos Planos de Ação já desenvolvidos, para que todos os associados municipais possam promover a sua adesão, expectavelmente, durante o ano de 2018.

Ainda durante 2017, a *Energaia* participou no “Practitioners' Group Meeting”, o que permitiu tomar conhecimento das evoluções e objetivos futuros da iniciativa.

¹ Matrizes energéticas disponíveis em www.energaia.pt

PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE

A *RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente* é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia*, enquanto associada da *RNAE*, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, ao longo de 2017 participou nas atividades que foram desenvolvidas em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Durante 2017, esta participação foi ainda focalizada nos projetos já aprovados, bem como na formalização de novas candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC).

Relativamente ao PPEC 2017-2018, salienta-se o início da implementação das ações “PIEE IPSS - Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS” e “FREGUESIAS+EFICIENTES”. O papel da energia neste âmbito engloba o apoio à implementação das ações, nomeadamente na divulgação e captação de entidades interessadas.

A *Energaia* tem ainda sido representada na *RNAE*, de forma regular, pelo seu Presidente do Conselho de Administração, nomeadamente nas reuniões de Assembleia Geral da Associação e no Encontro Nacional de Agências de Energia.

NEARLY ZERO ENERGY SCHOOL

A revisão da *European Performance Buildings Directive* veio impor que os novos edifícios públicos, construídos a partir de 2018, sejam *Nearly Zero Energy Buildings (NZEB)*. As escolas, para além de estarem no epicentro do processo de aquisição de conhecimento e modelação de comportamentos, pilares essenciais da sustentabilidade, encerram tipicamente oportunidades de redução de consumos de energia significativos.

Em 2017, a *Energaia* elaborou um caderno de encargos e lista de medições, para o Município iniciar a implementação das medidas de racionalização dos consumos de energia e água dos 13 edifícios escolares do ensino básico e pré-escolar em São João da Madeira, seguindo o princípio de identificação de oportunidades de melhoria da eficiência energética e hídrica com investimentos reduzidos. As ações identificadas num estudo de 2015 incluíam a recomendação de implementação de um sistema de monitorização dos consumos de energia e água, que constitua um elemento fundamental no processo de melhoria da eficiência com base num processo de medição e verificação, que consolidem as vantagens de aplicação das medidas de otimização da utilização de energia e água. Na iluminação foram identificadas várias oportunidades de redução de consumos, que passavam, por exemplo, pela substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias LED mais eficientes. Na água, identificaram-se oportunidades de redução dos caudais e volumes de descarga através da colocação de dispositivos economizadores e novos dispositivos mais eficientes. A quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 1.012 m³ de água, 32.358 kWh de energia, reduzir custos num valor de 8.240,48 € e evitar a emissão de 11.649 kgCO₂e.

MERCADO LIBERALIZADO DE ENERGIA

Desde 4 de setembro de 2006, todos os consumidores em Portugal continental podem escolher o seu fornecedor de energia elétrica. Associada à liberalização e à construção do mercado interno de eletricidade está um esperado aumento da concorrência, com reflexos ao nível dos preços e da melhoria da qualidade de serviço.

Considerando a elevada quantidade de contratos de energia a cargo dos Municípios e das especificidades de contratação pública a que estão sujeitos, a transição para mercado liberalizado torna-se um processo mais complexo para os Municípios, comparativamente à maioria das organizações. A quantificação dos consumos nos vários contratos e as diferentes características de cada contrato aumentam a complexidade na quantificação dos custos com as diferentes tarifas, taxas e impostos. Esta tarefa é consideravelmente simplificada com a utilização de um processo de quantificação automatizado, como aquele disponibilizado pelo Observatório de Sustentabilidade, e desenvolvido pela *Energaia* para os seus Municípios associados.

A contribuição da *Energaia* neste tema tem englobado o apoio na elaboração de procedimentos concursais de aquisição de energia em mercado liberalizado, que incluam informação precisa sobre os históricos de consumos e um conjunto de critérios técnicos importantes para a obtenção de condições comerciais economicamente favoráveis e com disponibilização de informação útil para realizar uma correta gestão de energia.

Em 2017, a *Energaia* continuou o apoio prestado aos Municípios associados, na elaboração dos procedimentos concursais, nomeadamente na atualização e no aperfeiçoamento de métodos e aplicações de tratamento da informação sobre os consumos de energia.

A *Energaia* deu ainda continuidade ao apoio técnico, iniciado em 2016, aos Municípios de Arouca (através de prestação de serviços) e de Vale de Cambra, no desenvolvimento e avaliação do Procedimento Concurral de Contratação de Energia em Mercado Liberalizado.

PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em linha com a estratégia definida da potenciação de uma maior proximidade da Agência com o cidadão do seu território de intervenção, em 2017 a *Energaia* iniciou o processo de renovação das suas plataformas de comunicação, com vista a uma mais efetiva divulgação das suas atividades, mas também de uma relação mais eficiente com os seus principais *stakeholders*.

Com estes objetivos, o renovado sítio internet da *Energaia* tem um papel de relevo, com a criação de espaços reservados, não só para partilha de material de projetos com os associados, mas também para a disponibilização de material de interesse geral, sujeito a registo do cidadão.

Esta nova plataforma potencia não só o maior reconhecimento geral das atividades desenvolvidas por parte dos associados, mas também do cidadão em comum, permitindo assim também uma aferição mais eficaz da eficiência das medidas desenvolvidas. Esta análise de eficiência tem por base a utilização de ferramentas analíticas de análise de tráfego, o que permite, por sua vez, a reformulação das estratégias de marketing e comunicação da organização, a pôr em prática nas restantes plataformas digitais.

COMPENSAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA

Quando existe consumo de energia elétrica numa instalação, essa mesma energia elétrica pode ser dividida em dois tipos: a energia ativa, que é consumida em todos os equipamentos elétricos para realizarem a sua função (útil), e a energia reativa, que é consumida em alguns equipamentos na produção de campos magnéticos necessários ao seu funcionamento (não útil). O consumo de energia reativa não pode ser anulado, mas o seu consumo pode ser minimizado e o pagamento desta componente na fatura pode ser evitado com a adoção de algumas medidas, entre as quais se encontra a instalação de baterias de condensadores e adaptações nos equipamentos existentes.

No seguimento dos estudos realizados em anos anteriores, em 2017, foram iniciados novos estudos diagnósticos que resultaram na identificação de instalações com baixo fator de potência e com custos associados ao consumo de energia reativa. Uma previsão inicial apontava para potenciais de poupança a rondar os 30.000,00 €/ano.

No seguimento da apresentação e aprovação, em 2016, de 8 candidaturas ao Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015 do FEE - Fundo de Eficiência Energética, com um financiamento total de 14.013,88 €, a *Energaia* continuou a apoiar os Municípios no acompanhamento das explorações das soluções de baterias de condensadores aprovadas em edifícios de pisciniais municipais, recintos desportivos, paços de concelho, escolas, edifício de espetáculos e centro tecnológico. Foi efetuado o acompanhamento do desempenho das soluções implementadas, a otimização do funcionamento das mesmas por ajuste dos interruptores horários, que permitem obter as poupanças identificadas em estudo, que rondavam uma poupança anual de 9.315,86 €, assim como foi prestado apoio aos Municípios na preparação e entrega dos pedidos de pagamento do apoio e elaboração do Relatório Final de Operação (RFO).

PRODUÇÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a definição de um novo regime de produção descentralizada de energia elétrica, através da publicação do Decreto-Lei nº 153/2014, vai ser possível produzir energia em regime de autoconsumo, em que a produção destina-se predominantemente a consumo na instalação associada à unidade de produção, com possibilidade de ligação à rede (RESP) para a venda, a preço de mercado, da eletricidade não autoconsumida. Será igualmente possível produzir energia elétrica em regime de pequena produção, em que o produtor poderá vender a totalidade de energia produzida com uma tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no âmbito do qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência.

Considerando o elevado potencial económico e ambiental para os municípios com a produção descentralizada de energia nos vários edifícios e infraestruturas municipais, e tendo em conta o contributo potencial para atingir os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, a *Energaia* pretende avaliar potenciais oportunidades de implementação de sistemas com recurso a energias renováveis, que revelem ser investimentos rentáveis e permitam um aumento da produção de energia limpa.

Em 2017, a *Energaia* continuou o apoio ao Município de Espinho na análise dos sistemas fotovoltaicos existentes no Centro Escolar de Anta e Silvalde, que se encontravam sem qualquer produção. A análise incidiu sobre as opções técnicas e legais de produção energética dos sistemas e consequente mais-valia económica, assim como na identificação de um parceiro especializado nestes sistemas, que está a auxiliar o Município no processo de colocação em serviço das centrais fotovoltaicas. Uma previsão inicial apontava para potenciais de poupança a rondar os 10.000,00 €/ano, uma produção anual de energia renovável de 75.000 kWh e respetiva redução de emissões de CO₂e em 27.000 kgCO₂e.

Em 2017, a *Energaia* iniciou o projeto Porto Solar, que irá contribuir significativamente para o aumento da produção descentralizada de energia elétrica no território de abrangência, com a definição de objetivos ambiciosos.

ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas, bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Como resultado da participação num consórcio de elaboração de candidatura ao Aviso nº 02/SAICT/2016 V.01 Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) – Projetos em Copromoção 02SAICT2016, em parceria com o GECAD/ISEP, em 2017, a candidatura recebeu a aprovação e a *Energaia* iniciou a sua colaboração no projeto CONTEST - Agregação de consumidores para promover a participação ativa e a definição de tarifas na transação e prestação de serviços energéticos, que se foca em fornecer soluções eficazes para permitir a proliferação de recursos distribuídos de energia, nomeadamente os recursos baseados em fontes renováveis, programas de gestão ativa da carga e sistemas de armazenamento, contribuindo sobretudo para melhorar a eficiência e a sustentabilidade energética e económica.

Ainda em 2017, a *Energaia* continuou o apoio aos municípios associados, na análise dos resultados preliminares das candidaturas ao Fundo de Eficiência Energética, Aviso 21 – Administração pública eficiente 2016, assim como na apresentação de observações e pedidos de esclarecimentos em sede de audiência prévia. As medidas identificadas e incluídas nas candidaturas apresentadas estimam, na totalidade, uma redução anual de 177.559 kWh de energia, uma redução de custos no valor de 31.514,82 €, evitando a emissão de 53.657 kgCO₂e.

PLANO DE PROMOÇÃO DE EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (PPEC)

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) é estabelecido pela ERSE no Regulamento Tarifário do setor elétrico, através de um conjunto de medidas de promoção da eficiência no consumo, procedimentos e recursos financeiros associados, nos termos previstos no referido Regulamento. Tem como objetivo a implementação de medidas que visam a adoção de hábitos de consumo e de equipamentos mais eficientes por parte dos consumidores de energia elétrica.

Na sequência da apresentação de três candidaturas ao PPEC 2017-2018, como promotor, e consequentemente aprovação de uma candidatura designada de “Agência Pessoal de Energia”, a *Energaia*, em 2017, iniciou a implementação deste projeto que teve um financiamento de 260.662,53 €. Na implementação do projeto, a *Energaia* constatou os seguintes factos:

1. Sobre o mercado das aplicações móveis, existem evidências e artigos de opinião, que demonstram que este mercado é diverso, com muita oferta e bastante incerto, em que a maioria dos utilizadores de dispositivos do tipo smartphone, instalam um número muito reduzido de novas aplicações e quando instaladas, estas são pouco utilizadas e consequentemente desinstaladas, existindo até exemplos de aplicações móveis na área da energia, que ganharam prémios internacionais e tiveram uma adesão limitada pelos utilizadores e uma atualização de conteúdos reduzida, exemplo da *ecoGator*, vencedora do EUSEW AWARD 2015.
2. Sobre o investimento necessário à implementação da medida, uma prospeção ao mercado, através de consultas a empresas de programação para obtenção de propostas, revelou que o investimento disponível em candidatura é insuficiente para implementar um projeto deste tipo.
3. Num setor em constante desenvolvimento e evolução, quer em tipo de tecnologia, relevância do conteúdo e ameaças à segurança dos sistemas informáticas, os custos permanentes com a manutenção e atualização são igualmente elevados e incomportáveis para a *Energaia*, que, adicionalmente, vê a sua ação limitada com a legislação de financiamento e contratação pública.

Considerando os pontos elencados anteriormente, o Conselho de Administração da *Energaia* decidiu apresentar a desistência do projeto, considerando, assim, não existirem condições necessárias para cumprir o compromisso de executar as medidas nas condições em que foram aprovadas, cumprindo as disposições estabelecidas na Diretiva nº 5/2013, de 22 de março.

PORTUGAL 2020/ NORTE 2020

Durante o presente ano, a *Energaia* desenvolveu uma candidatura ao aviso NORTE 2020 - AVISO Nº NORTE-04-2017-04 - Reabilitação nos Bairros Sociais (Eficiência Energética) para o Bairro Social do Orreiro do Município de São João da Madeira, com um investimento total de 2.036.126€. Foram desenvolvidas as tarefas de Certificação Energética, Relatório de Certificação e Memória Descritiva da candidatura. Estima-se uma redução na ordem dos 122.000 kWh/ano e um impacto económico na ordem dos 20.000,00 €/ano.

Ainda no âmbito do aviso NORTE 2020 - AVISO Nº NORTE-04-2017-04, foi desenvolvida candidatura para o Bloco F do Bairro de Ponte de anta do Município de Espinho. Com um investimento previsto na ordem dos 200.000,00 €, prevendo-se uma redução no consumo energético de 41.000 kWh/ano, traduzindo-se numa redução económica na ordem dos 7.000,00 €/ano.

No seguimento do Aviso NORTE-03-2017-42 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local, a *Energaia* apoiou o desenvolvimento à primeira fase de candidaturas dos Municípios de Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Arouca. As candidaturas submetidas têm como objetivo a substituição de Iluminação Pública obsoleta por tecnologia LED. Com um investimento no conjunto das 3 candidaturas (Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Arouca) na ordem dos 880.000,00 €, será possível reduzir o consumo na Iluminação Pública em 1,2 MWh/ano, podendo traduzir-se numa poupança económica na ordem dos 160.000,00 €/ano.

No âmbito da prestação de serviços de consultoria, a *Energaia* promoveu, no ano de 2017, o estudo energético prévio ao Complexo Desportivo Paulo Pinto, do Município de São João da Madeira, e deu continuidade ao mesmo estudo, iniciado em 2016, ao Fórum de Arte e Cultura de Espinho, do Município de Espinho, tendo como objetivo o enquadramento no aviso de candidatura NORTE-03-2017-42 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local.

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

No ano de 2017 foram desenvolvidas as seguintes atividades não previstas em sede de Plano de Atividades:

- Início do projeto Porto Solar, que tem como objetivo principal a implementação, nos edifícios públicos dos Municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto, de soluções de produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, sistemas de carregamento de veículos elétricos e soluções de armazenamento da energia produzida pelos sistemas fotovoltaicos. O projeto pretende promover o investimento de 5.000.000,00€, que permitam a geração de aproximadamente 7,5 GWh/ano de energia renovável, com uma respetiva redução do impacto ambiental a rondar as 2.700 toneladas de CO₂e/ano.
- Apoio ao Município de São João da Madeira na prospeção das melhores condições de exploração da sua Rede de Distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão (RDBT), nomeadamente no apoio à elaboração de um modelo de exploração direta e contratação de serviços de apoio à mesma, assim como na promoção da gestão de energia e da eficiência energética, na eficiência económica e das condições de desempenho eficaz do sistema, com especial destaque para a infraestrutura de Iluminação Pública (IP), que representa um dos maiores custos assumidos pelos municípios com os recursos energéticos.
- Participação como *stakeholder* no projeto LOCARBO, do programa Interreg Europe, que o Município de Vila Nova de Gaia integra em parceria com um conjunto de seis outros municípios e entidades europeias. Este projeto de Cooperação Territorial Europeia tem por objetivo essencial a promoção de políticas de desenvolvimento regional e local, orientadas para o aumento da eficiência energética no edificado, com foco na definição de instrumentos inovadores do lado da procura, orientados para a mudança do comportamento dos consumidores, centrando-se em três pilares temáticos: (P1) produtos e serviços complementares promovidos pelas autoridades locais e regionais; (P2) modelos de cooperação inovadores pela promoção de um envolvimento ativo dos consumidores de energia; e pelo estímulo à utilização de (P3) tecnologias inteligentes e inovadoras.
- Apoio ao Município de Espinho na identificação da causa de pagamento de energia reativa capacitiva na Nave Desportiva e confirmação da resolução do problema que estava a

resultar no pagamento de 16.000,00 €/ano em energia capacitiva, assim como apoio na obtenção do orçamento para reparação da bateria de condensadores existente, que se prevê que evite o pagamento de energia reativa indutiva no valor de 7.662,63 €/ano.

- Apoio ao Município de Oliveira de Azeméis na atualização do estudo Energy Check às piscinas municipais, no sentido de implementar as medidas de redução das ineficiências energéticas com uma previsão de redução anual de energia de 20.407 kWh, redução de custos em 2.449,00 €/ano e respetiva redução de emissões de CO₂e em 5.530 kgCO₂e.
- Apoio técnico ao Município de Espinho na elaboração de candidatura ao Aviso nº 557-A/2017, do Fundo Ambiental, que apoia a substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos; a candidatura foi aprovada para Cofinanciamento de 23.400,75 € (de um investimento total de 90.159,00 €) para aquisição de três veículos 100% elétricos e dois pontos de carregamento.
- Participação da *Energaia* na formação *Training on innovative financing schemes – Internal Contracting* e *STUDY VISIT at GreenBizz* no âmbito do projeto *Infinite Solutions*.
- No seguimento dos trabalhos desenvolvidos desde 2010, a *Energaia* desenvolveu para a Simdouro nova auditoria energética à ETAR Gaia Litoral no âmbito do SGCI, tendo como objetivo o desenvolvimento de novo ARCE a iniciar em 2017.
- Apoio técnico ao Município de Santa Maria da Feira nos seguintes temas:
 - Análise de propostas de intervenção no sistema AVAC e Fotovoltaico, na Biblioteca Municipal;
 - Diagnóstico energético ao Europarque;
 - Avaliação ao procedimento EEIP Fase 2 e 3.
- O Município de Espinho possui duas instalações escolares com sistemas fotovoltaicos, estando estes desativados. Em 2017, a *Energaia* iniciou o processo de apoio ao enquadramento legal e respetiva ligação dos dois sistemas.

ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

Todas as atividades presentes do Plano de Atividades da *Energaia* para o ano de 2017 foram concretizadas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A informa7ão legalmente exigível faz parte integrante do anexo, por6m, apresentamos informa7ão complementar, a qual permite uma melhor compreens7o das contas que ora se apresentam à aprecia7o e resultam da atividade desenvolvida, no 7mbito do plano de atividades e or7amento aprovados.

RENDIMENTOS

As rubricas com maior realce s7o as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no per6odo em an7lise, um total de 205.836 euros:

Rubricas	2016			2017		
	Real	Or7amento	Desvio	Real	Or7amento	Desvio
72 Presta76es de servi7os	216 714	200 000	16 714	205 457	200 000	5 457
78 Outros rendimentos	384		384	379		379
Total	217 099	200 000	17 099	205 836	200 000	5 836

Constatamos que a execu7o or7amental excedeu em 3% os valores or7amentados, contudo abaixo dos valores atingidos no exerc6cio anterior, por for7a da diminui7o na execu7o de presta7o de servi7os, como se poder7 constatar, mais em pormenor, no quadro abaixo.

Rubricas	2016	2017	Varia7o
722 Quotiza76es e j6ias	197 319	197 307	-0,01%
725 Outras presta76es de servi7os	19 395	8 150	-57,98%
78 Outros rendimentos	384	379	-1,30%
Total	217 098	205 836	-5,19%

A rubrica Presta7o de Servi7os reflete as quotiza76es aos associados, no montante de 51.226 euros, bem como as quotiza76es extraordin7rias, aprovadas no 7mbito do or7amento 2014/2017 e debitadas aos munic6pios associados, no total de 146.081 euros.

Engloba, ainda, presta76es de servi7os no montante de 8.150 euros, que contribuiu, de forma positiva, para o desvio verificado.

O quadro seguinte apresenta o peso de cada uma das rubricas em rela76o ao total dos rendimentos dos exerc6cios de 2016 e 2017.

Rubricas	2016	2017
72 Presta76es de servi7os	99,82%	99,82%
78 Outros rendimentos	0,18%	0,18%
Total	100,00%	100,00%

GASTOS

As r6bricas de maior relevo s6o as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no per6odo em an6lise, um total de 179.037 euros:

Rubricas	2016			2017		
	Real	Or7amento	Desvio	Real	Or7amento	Desvio
62 Fornecimentos e servi7os externos	57 818	75 631	-17 813	53 736	75 631	-21 895
63 Gastos com pessoal	120 929	124 369	-3 440	119 505	124 369	-4 864
64 Gastos de deprecia76o e de amortiza76o	1 344		1 344	1 268		1 268
68 Outros gastos	4 420		4 420	4 527		4 527
Total	184 512	200 000	-15 488	179 037	200 000	-20 963

Da an6lise que se constata deste quadro e da sua execu76o or7amental, conclui-se que o maior desvio resulta da rubrica de fornecimentos e servi7os, face 6 quebra da subcontrata76o de servi7os externos por via da redu76o verificada na execu76o da presta76o de servi7os.

Atendendo aos factos a execu76o or7amental foi concretizada em cerca de 89,52%, verificando-se um desvio favor6vel de cerca de 10,48%.

No quadro seguinte, apresenta-se uma an6lise relativa ao peso de cada uma das rubricas no total dos gastos, no que respeita a 2016 e ao per6odo em aprecia76o.

Rubricas	2016	2017
62 Fornecimentos e servi7os externos	31,33%	30,01%
63 63 Gastos com pessoal	65,54%	66,75%
64 Gastos de deprecia76o e de amortiza76o	0,73%	0,71%
68 Outros gastos	2,40%	2,53%
69 Gastos de financiamento	0,01%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

Constatamos que as duas grandes rubricas de gastos são os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal.

O recurso aos fornecimentos e serviços externos representou 30 por cento dos gastos ocorridos no período em análise, sendo que as rubricas com maior peso neste período são as relativas a “Subcontratos”, “Trabalhos especializados” e “Rendas”.

Perante estes valores, fica-nos o resultado antes de impostos no valor de 26.799 euros. Assim, após o registo da estimativa do IRC a pagar (tributações autónomas), no total de 17 euros, apurou-se um lucro de 26.782 euros, verificando-se uma diminuição face ao exercício anterior que se situou nos 32.573 euros, e que está em conformidade com o desempenho orçamental referido anteriormente.

Face ao desempenho acima divulgado, em termos de rácios de particular relevância económica e financeira, apresenta uma autonomia financeira de 88 por cento e uma liquidez geral de 8,1.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

No ano de 2018 prevê-se o início dos objetivos estratégicos que se definiram para o quadriénio 2018-2021, objetivos esses plenos de sentido em função das prioridades dos territórios, assim como dos conteúdos programáticos dos programas de financiamento estruturais que são públicos.

Nesse mesmo sentido, é expectável que a Agência dê continuidade à prioridade das atividades de suporte aos municípios, que se têm revelado altamente geradoras de valor.

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi positivo de 26.782,25 € (Vinte e Seis Mil Setecentos e Oitenta e Dois Euros e Vinte e Cinco Cêntimos), o qual se propõe seja levado à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 29 de março de 2018

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

CONTAS

2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/17	31/dez/16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 913,23	2 285,26
		1 913,23	2 285,26
Ativo corrente			
Créditos a receber	9.2	12 203,72	19 247,66
Estado e outros entes públicos	12.2		62,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9.1	31 332,25	24 422,50
Diferimentos	12.1	3 151,53	361,87
Caixa e depósitos bancários	9.3	224 673,59	196 235,44
		271 361,09	240 329,70
Total do ativo		273 274,32	242 614,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	9.4	191 240,00	191 240,00
Reservas	9.4	875 752,32	875 752,32
Resultados transitados	9.4	-854 044,93	-886 617,76
Resultado líquido do período		26 782,25	32 572,83
Total dos fundos patrimoniais		239 729,64	212 947,39
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.5	9 449,40	4 163,56
Estado e outros entes públicos	12.2	3 928,08	6 005,17
Financiamentos obtidos	9.7	741,90	77,95
Outros passivos correntes	9.6	19 425,30	19 420,89
		33 544,68	29 667,57
Total do passivo		33 544,68	29 667,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		273 274,32	242 614,96

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6/9.1	205 456,93	216 714,10
Fornecimentos e serviços externos	10/12.3	-53 736,21	-57 817,85
Gastos com o pessoal	8	-119 505,26	-120 929,37
Outros rendimentos	12.4	378,84	384,49
Outros gastos	12.5	-4 527,04	-4 420,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 067,26	33 931,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 268,20	-1 344,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 799,06	32 586,72
Resultado antes de impostos		26 799,06	32 586,72
Imposto sobre o rendimento do período	7	-16,81	-13,89
Resultado líquido do período		26 782,25	32 572,83

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		207 555,68	298 004,80
Pagamentos a Fornecedores		-55 335,20	-67 774,78
Pagamentos ao Pessoal		-118 583,38	-120 858,57
Caixa gerada pelas operações		33 637,10	109 371,45
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		62,23	-234,31
Outros recebimentos/pagamentos		-5 020,41	-1 657,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		28 678,92	107 479,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		904,72	1 781,54
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		0,00	304,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-904,72	-1 477,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		741,90	77,95
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		77,95	402,17
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		663,95	-324,22
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		28 438,15	105 678,06
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.3	196 235,44	90 557,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.3	224 673,59	196 235,44

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em euros

1. Identificação da entidade

Identificação da entidade:

Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto

Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23

4410-136 São Félix da Marinha

Natureza da atividade:

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto* é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A *Energaia* surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela *Energaia* como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a *Energaia* foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a *Energaia* teve como parceiros de contrato as agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a *Energaia* focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a *Energaia* enfrenta um novo desafio,

o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauro dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável

que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e que permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário.

As restantes locações são classificadas como operacionais.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

i) Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados /membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas ao seu custo.

vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor, se calculados com base na taxa de juro efetiva, não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que haja a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21% nos termos do nº 5 do art.º 87, acrescendo, ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;

- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

Subsídios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exerc6cios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tang6veis”, bem como nas respectivas deprecia66es, foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tang6veis	Total
	B6sico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	89.814,77	1.849,80	2.766.975,89
Adi66es		1.781,54		1.781,54
Transfer6ncias				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	91.596,31	1.849,80	2.768.757,43
Deprecia66es acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	87.966,71	1.849,80	2.765.127,83
Deprecia66es do exerc6cio		1.344,34		1.344,34
Transfer6ncias				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	89.311,05	1.849,80	2.766.472,17
Valor l6quido	0,00	2.285,26	0,00	2.285,26

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tang6veis	Total
	B6sico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	91.596,31	1.849,80	2.768.757,43
Adi66es		896,17		896,17
Transfer6ncias				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.675.311,32	92.492,48	1.849,80	2.769.653,60
Deprecia66es acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	89.311,05	1.849,80	2.766.472,17
Deprecia66es do exerc6cio		1.268,20		1.268,20
Transfer6ncias				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.675.311,32	90.579,25	1.849,80	2.767.740,37
Valor l6quido	0,00	1.913,23	0,00	1.913,23

A gest6o dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a C6mara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cess6o de explora66o celebrado entre esta C6mara e a *Energaia*, em 24 de outubro de 2007.

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	2017	2016
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	197.306,93	197.319,10
Outras prestações de serviços	8.150,00	19.395,00
Totais	205.456,93	216.714,10

7. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável, que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21%.

Descrição	2017	2016
Tributação Autónoma	16,81	13,89
Total	16,81	13,89

8. Benefícios dos empregados

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 4 (2016: 4). Em 31 de dezembro de 2017, o número de colaboradores era de 4 (2016: 4), incluindo o administrador delegado, e o número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foi, respetivamente “1” e “1”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários e órgãos diretivos foram os seguintes:

Rubricas	2017	2016
Remunerações dos órgãos diretivos	43.357,52	43.186,22
Remunerações do pessoal	53.518,13	55.192,68
Encargos sobre remunerações	20.480,99	21.071,16
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.447,48	1.374,31
Outros gastos com o pessoal	701,14	105,00
Total	119.505,26	120.929,37

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 701,14 € (2016: 105,00 €).

9. Instrumentos financeiros

9.1. Associados

O património associativo nominal da *Energaiá* é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
Total	150.000,00	100,00%

Em 31 de dezembro de 2017, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€, que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, encontra-se realizado, a 31 de dezembro de 2017, o montante de 145.000,00 € (31.12.2016: 145.000,00€), ficando da seguinte forma:

Fundos	€
Saldo em 31.12.2016	145.000,00
Aumentos no exercício	0,00
Saldo em 31.12.2017	145.000,00

Assim, dos fundos subscritos encontra-se por realizar o montante de 2.500,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

Quantias de saldos pendentes

Associados Municipais	Total a receber							
	2017				2016			
	Unidades Participação	Quotas/participação orçamento	Outros	Total	Unidades Participação	Quotas/participação orçamento	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		4.962,32		4.962,32		14.798,19		14.798,19
Município de Vale de Cambra		8.763,70		8.763,70		643,40		643,40
Município de São João da Madeira		11.356,60		11.356,60				
Município de Santa Maria da Feira		0		0				
Município de Oliveira de Azeméis						1.179,57		1.179,57
Município de Espinho								
Associados Não Municipais								
EDP – Distribuição – Energia, SA						223,40		223,40
GALP Energia, SA		448,15		448,15		670,20		670,20
STCP, S.A.	2.500,00	833,33		3.333,33	2.500,00	833,33		3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		223,40		223,40		670,20		670,20
SULDOURO, SA		223,40		223,40		446,80		446,80
ADENE – Agência para a Energia						893,61		893,61
EDP Gás, S.A.		897,63		897,63		670,20		670,20
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		898,97		898,97		223,40		223,40
Universidade de Aveiro		224,75		224,75		670,20		670,20
Águas do Norte, SA						0		0
Totais	2.500,00	28.832,25		31.332,25	2.500,00	21.922,50		24.422,50

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

Associados	Transações					
	2017			2017		
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações/ Participação Orçamento	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações/ Participação Orçamento	Prestação de Serviços
Associados Municipais						
Município de Vila Nova de Gaia		87.037,68			87.067,27	
Município de Santa Maria da Feira		47.303,09			47.319,16	
Município de Oliveira de Azeméis		20.813,35			20.820,45	
Município de São João da Madeira		11.356,60	7.650,00		11.356,60	9.320,00
Município de Vale de Cambra		11.352,74			11.356,60	
Município de Espinho		11.352,74			11.356,60	4.550,00
Associados Não Municipais						
EDP Distribuição, S.A.		898,97			893,60	
Suldouro, S.A.		898,97			893,60	
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva						
Metro da Área Metropolitana do Porto, SA		898,97			893,60	
ADENE - Agência para a Energia		898,97			893,61	
GALP Energia, S.A.		898,97			893,60	
Instituto Superior de Engenharia do Porto		898,97			893,61	
EDP Gás, S.A.		898,97			893,60	
Universidade de Aveiro		898,97			893,60	
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		898,97			893,60	
Águas do Norte, SA						
Total		197.306,93	7.650,00		197.319,08	13.870,00

9.2. Créditos e receber

9.2.1. Clientes e Utentes

Conforme já foi mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

Para os períodos de 2017 e 2016, a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	2017	2016
RNAE – Assoc. das Agências de Energia e Ambiente	0,00	1.537,50
Município de Espinho	0,00	5.596,50
Total	0,00	7.134,00

9.2.2. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	2017	2016
Fornecedores c/c	260,14	207,38
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.356,60	11.356,60
Total	11.616,74	11.563,98

A conta de “Devedores por acréscimos de rendimentos” referem-se a rendimentos do exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2018.

9.2.3. Pessoal

Pessoal	2017	2016
Outras operações – Conta corrente	586,98	549,68
Total	586,98	549,68

9.3. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e depósitos bancários	31.12.2017	31.12.2016
Caixa		
Numerário	826,44	147,44
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	223.847,15	196.088,00
Caixa e depósitos bancários	224.673,59	196.235,44

9.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2017 e 2016:

Descrição	Saldo em 01.01.2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2017
Fundos	191.240,00			191.240,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-886.617,76	32.572,83		-854.044,93
Total:	180.374,56	32.573,83		212.947,39

Descrição	Saldo em 01.01.2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2016
Fundos	191.240,00			191.240,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-914.553,99	27.936,23		-886.617,76
Total:	152.438,33	27.936,23		180.374,56

9.5. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2017	2016
PETRÓLEOS DE PORTUGAL, S.A.	1.075,47	449,76
NOS-COMUNICAÇÕES, SA	240,95	461,59
IRRADIARE–INV, E DESENV. ENG AMBIENTE, LDA	3.136,50	3.136,50
MAGNETIK VALUE	1.845,00	0,00
MEO COMUNICAÇÕES, SA	47,05	0,00
SMARTWATT – ENERGY SERVICES, SA	2.952,00	0,00
Outros	152,43	115,71
Total	9.449,40	4.163,56

9.6. Outros passivos correntes

9.6.1. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos	18.291,28	17.938,06
Outros credores	584,25	1.168,50
Total	18.875,53	19.106,56

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 16.363,74 € (2016: 16.363,74 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2017 e a liquidar em 2018, e ainda a afetação de gastos ao exercício, para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2018, no valor de 1.927,54 € (2016: 1.574,32 €).

9.6.2. Pessoal

Pessoal	2017	2016
Outras operações – Conta corrente	549,77	314,33
Total	549,77	314,33

9.7. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Descobertos bancários	741,90		741,90	77,95		77,95
Loações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
Total	741,90		741,90	77,95		77,95

Em 2017 e 2016, o saldo pendente nesta conta respeitava somente à utilização do cartão de crédito.

10. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 7.224,48 €, em 2017, e 7.224,48 € em 2016.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/17 e 31/12/16:

Nº Contrato	Locadora	Data Inicio	Data Fim	Bem Locado	Valor mensal do aluguer	Opção de Compra
703827	BMW Renting (Portugal), Lda.	04-07-2014	30-06-2018	Viatura 16-OV-41	602,04	N

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2017	2016
Gastos a reconhecer		
FSE	260,25	361,87
Subcontratos	2.891,28	
	3.151,53	361,87

12.2. Estado e outros entes públicos

Os saldos da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” estão divididos da seguinte forma:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		16,81	62,23	
Impostos s/ rendimento - IRS		1.416,00		1.543,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		141,24		2.041,88
Contribuições p/ segurança social		2.354,03		2.420,29
		3.928,08	62,23	6.005,17

12.3. Fornecimentos e serviços externos

A *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e pelo reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.866,76 €, de revisão de contas, no valor de 2.544,37 €.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 7.224,48 € (2016: 7.224,48 €) (viaturas)
- Aluguer 7.614,93 € (2016: 7.382,28 €) (instalações da sede da agência) e, 1.241,52 € (2016: 1.178,69 €) (fotocopiadora)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Rubricas	2017	2016
Subcontratos	9.638,80	8.175,30
Trabalhos especializados	10.164,07	17.613,32
Publicidade e propaganda	0,00	156,05
Honorários	0,00	350,37
Conservação e reparação	1.515,25	1.133,51
Serviços bancários	1.525,74	1.593,31
Material de escritório	302,52	160,81
Combustíveis	4.749,72	3.899,02
Deslocações, estadas e transportes	3.600,44	2.177,05
Rendas e alugueres	16.080,93	15.785,45
Comunicação	3.920,85	4.598,58
Despesas de representação	539,12	683,38
Outros	1.698,77	1.491,70
Total FSE	53.736,21	57.817,85

12.4. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos	2017	2016
Correções relativas a exercícios anteriores	260,14	0,00
Outros	118,70	80,01
Juros	0,00	304,48
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	378,84	384,49

12.5. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2017	2016
Correções relativas a exercícios anteriores	879,71	0,01
Quotizações	2.720,00	2.720,00
Outros	927,33	1.700,30
Total	4.527,04	4.420,31

13. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de março de 2018. As mesmas poderão ser alteradas aquando da assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

APROVAÇÃO

Vila Nova de Gaia, 29 de março de 2018

O Contabilista Certificado

Luís Cardoso

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vitor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

